

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 1.985, DE 2007

Altera o anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, adicionando ao traçado da BR-080 o trecho, desde Entroncamento BR-158 (Vila Ribeirão Bonito) - Ribeirão Cascalheira, passando por Alô Brasil, Canabrava do Norte, São José do Xingu, até a cidade Matupá.

Autor: Deputado WELLINGTON FAGUNDES

Relatora: Deputada MARINHA RAUPP

I – RELATÓRIO

A proposição em análise, de autoria do eminente Deputado Wellington Fagundes, tem por objetivo estender até a cidade de Matupá, no Estado do Mato Grosso, o traçado da rodovia radial BR-080. Nos termos da atual Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, constante do Anexo do Plano Nacional de Viação, essa rodovia liga Brasília, no Distrito Federal, à cidade de Ribeirão Cascalheira/MT, e a alteração proposta representa um acréscimo de 650 km no traçado previsto.

Na justificação da proposta, o autor argumenta que a ampliação da BR-080 trará inúmeras vantagens, sobretudo quanto ao escoamento dos produtos regionais até os portos exportadores, otimizando as necessidades logísticas da região Centro-Oeste, além de induzir o desenvolvimento das áreas de expansão agropecuária.

Esgotado o prazo regimental, não foram recebidas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Wellington Fagundes, pretender estender o traçado da rodovia radial BR-080 até a cidade mato-grossense de Matupá. Essa alteração, segundo o autor, trará inúmeros benefícios para a população do Estado de Mato Grosso, destacando-se a redução dos custos de transportes das mercadorias produzidas na região, com a conseqüente melhoria na competitividade desses produtos no mercado interno e externo.

Na verdade, a região que hoje se pretende incluir no traçado da BR-080 já constava do seu trajeto inicial. Entretanto, com a edição da Lei nº 7.581, de 24 de dezembro de 1986, o traçado da mencionada rodovia foi alterado, passando a finalizar-se no entroncamento com a BR-158, na cidade de Ribeirão Cascalheira, no Estado do Mato Grosso.

A proposição em exame visa, assim, com louvor, corrigir um equívoco do planejamento rodoviário brasileiro, que foi a redução do traçado originalmente previsto para a rodovia BR-080 no Plano Nacional de Viação – PNV.

Não obstante a elogiável iniciativa do autor, a medida aqui proposta já foi objeto de outro projeto de lei que tramitou nesta Casa. Trata-se do PL nº 3.129, de 2008, do Senado Federal, subscrito pelos nobres Senadores Jayme Campos, Jonas Pinheiro e Serys Slhesssarenko que tem exatamente o objetivo de alterar a diretriz da rodovia em questão.

Nesta Comissão, tivemos a oportunidade de relatar a referida proposição, quando votamos pela sua aprovação na forma de um Substitutivo, que estende o seu traçado até a fronteira do Brasil com a Bolívia, na cidade de Guajará-Mirim, o que vem ao encontro aos termos do Acordo entre os governos do Brasil e da Bolívia para a construção de uma ponte binacional sobre o rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín, celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007.

O novo traçado proposto no Substitutivo aprovado por esse Colegiado para a rodovia BR-080 irá, assim, restaurar parte do seu traçado original, já com as devidas alterações decorrentes do surgimento de novas áreas de expansão da atividade econômica e das necessidades de integração logística da infraestrutura de transportes da região, tendo como

pontos de passagem Brasília (**DF**) - Uruaçu – São Miguel do Araguaia – Luiz Alves (**GO**) – São José do Xingu – Matupá – Cotriguaçu – Nova União – Colniza (**MT**) – Machadinho d'Oeste – Ariquemes (entroncamento com a BR-364) - Buritis – Nova Mamoré – Guajará-Mirim (**RO**), na fronteira com a Bolívia, abrangendo, dessa maneira, o objeto da proposição ora relatada.

Diante do exposto, em que pese a elevada intenção do nobre autor da proposta, tendo em vista que o seu objeto foi atendido em outro projeto já aprovado nesta Casa, votamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 1.985, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputada MARINHA RAUPP
Relatora